

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Questão de paternidade

A acelerada que o presidente da Câmara, Hugo Motta, tenta dar na proposta de emenda constitucional que acaba com a escala de trabalho de seis dias para um de folga, a PEC 6x1, está diretamente relacionada à necessidade dos parlamentares de garantir o protagonismo. Se for aprovado o projeto de lei que Lula enviou, a estrela principal da foto será o presidente da República. Se for a PEC, serão os congressistas.

Vem aí

Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aguardam ansiosos os documentos do Master que levaram às prisões do ex-controlador do BRB Paulo Henrique Costa e do advogado Daniel Monteiro. As operações já ocorreram, e tudo o que foi usado, e não for necessário em operações futuras, poderá ser liberado pelo STF à comissão, conforme combinado em conversa dos senadores com o ministro-relator do caso na Corte, André Mendonça. Os parlamentares aceitaram receber os arquivos do caso apenas depois da análise pelos investigadores, de forma a separar o que precisa continuar restrito à PF para novas fases da Operação Compliance e o que pode ser liberado já.

Por falar em CAE...

Causou estranheza entre senadores e autoridades o fato de o senador Renan Calheiros insistir em mencionar a negociação de carteiras do BRB com a Caixa Econômica Federal. A CEF não adquiriu títulos em poder do BRB. Afinal, sua auditoria recomendou que não o fizesse, e toda a documentação já foi enviada ao Tribunal de Contas da União.

Um caminho paralelo para investigar o Master

Como forma de manter vivas no Congresso Nacional as investigações sobre o Banco Master e seus negócios com o BRB, senadores se valem, agora, da Proposta de Fiscalização e Controle, um instrumento que é quase uma CPI, pedida pelo senador Márcio Bittar (PL-AC) na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) ficou com a relatoria. A ideia é “apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, possíveis irregularidades na decretação da liquidação do Banco Master e em atos prévios e conexos determinantes para sua ocorrência”, diz a proposta. Somada à investigação em curso na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sob a batuta do senador Renan Calheiros (MDB-AL), são duas lupas sobre o Master. Significa que, mesmo sem CPI, as apurações continuarão em alta.

» » »

Cuide-se, CVM/ Uma das frentes da CTFC será esclarecer se é preciso fortalecer ou não a



Comissão de Valores Mobiliários e descobrir onde os órgãos de controle erraram. “(Os controladores do Master) Não atuariam por tanto tempo se não houvesse uma brecha no sistema”, afirma Damares. Ela pretende focar na governança e na transparência dos procedimentos, identificar todos os erros no processo e propor soluções direcionadas à gestão e prevenção. Inclusive, com o auxílio de inteligência artificial para cruzar todos os dados e mapear a teia de relacionamento de todos os nomes citados nos arquivos.

Sem pressa

Relatora da investigação do Master na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, Damares Alves prevê um longo período de apuração, uma vez que essas fiscalizações não têm prazo definido. “Não é um trabalho que vai acabar em seis ou sete meses. Vamos esperar as operações da Polícia Federal, já que o que for usado em operações não pode ser compartilhado conosco até que sejam executadas”, explica Damares.

Depois não reclama

A eleição do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro cumpriu as recomendações legais, mas vem por aí um processo judicial a pedido dos descontentes. Enquanto os políticos não conseguirem se sentar à mesa para ouvir quem pensa diferente e buscar consenso, o Poder Judiciário sempre será chamado a intervir pelos próprios políticos.

RIO DE JANEIRO / Novamente o deputado estadual Douglas Ruas é escolhido por uma parte dos pares para ficar à frente do Legislativo fluminense. Mas tem de esperar o STF para saber se está na linha sucessória do Palácio Guanabara

Eleito para presidir a Alerj mais uma vez

» VINICIUS DORIA

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) será comandada, até o fim do ano, pelo deputado estadual Douglas Ruas (PL), ligado ao ex-governador do estado Cláudio Castro, que renunciou ao cargo — e está inelegível, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por fraude eleitoral. A escolha, na manhã de ontem, não contou com a presença dos partidos de oposição, que defendiam votação secreta. A Justiça, porém, manteve o critério do pleito aberto, em decisão proferida na véspera pela desembargadora Suelly Lopes Magalhães, que preside interinamente o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). O titular, desembargador Ricardo Couto, é o governador temporário do estado.

Sem 25 deputados de nove partidos de oposição — entre eles MDB, PSD, PT, PSB, PCdoB e PDT —, a eleição de Ruas foi quase unânime: 44 votos a favor e uma abstenção. A oposição, ligada à candidatura do ex-prefeito da capital fluminense Eduardo Paes (PSD) ao Palácio Guanabara, em outubro, pleiteava na Justiça a adoção do voto secreto para arregimentar algumas “traíções” no bloco

governista. Como o pedido foi negado, os opositoristas decidiram boicotar a eleição.

Ruas já havia sido eleito pelos colegas para o cargo em março, após a prisão do então presidente licenciado da Alerj Rodrigo Bacellar (União), investigado por suspeita de envolvimento com o crime organizado. Como o mandato de Bacellar foi cassado, a Justiça entendeu que a eleição na Alerj só poderia ocorrer depois de uma recontagem dos votos obtidos pelos candidatos a deputado estadual em 2022. Para a Justiça, os votos dados a Bacellar deviam ser anulados, e uma nova contagem teria que ser feita para readequar a lista de eleitos, o que poderia mudar a composição da assembleia.

Na noite de quinta-feira, a desembargadora negou liminar à ação do deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSD), que pedia a suspensão da eleição para a presidência da Alerj até que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidisse como será o processo de escolha do governador do estado para o mandato-tampão até dezembro. O grupo que apoia a candidatura de Eduardo Paes ao governo fluminense estaria evitar que o comando do estado permanecesse nas mãos do grupo ligado a Castro, pois

Philippe Lima/Governo do RJ



Quando ocupou a Secretaria de Cidades, Douglas Ruas era um dos principais cabos eleitorais do governo de Cláudio Castro

o presidente da Alerj, em tese, seria o sucessor natural dele em caso de vacância do cargo de governador. Enquanto esse assunto não for resolvido pelo Supremo, o desembargador Ricardo Couto permanece à frente do Palácio Guanabara.

Decisão do STF

O STF decidirá se o mandato-tampão será definido em eleições diretas ou pela Alerj, em votação dos deputados. Como não havia impedimento legal para a escolha do sucessor de Bacellar, a Alerj marcou a votação para ontem. O julgamento da sucessão para o governo fluminense está suspenso por um pedido de vista do ministro Flávio Dino, que quer ler o acórdão da Justiça Eleitoral que tornou Castro inelegível. Por enquanto, o placar está em quatro votos pela eleição indireta contra um — do relator Cristiano Zanin — pela eleição direta por voto popular.

Com o apoio da família do ex-presidente Jair Bolsonaro, Ruas deverá ser o principal adversário de Paes na eleição para o governo estadual, em outubro. O deputado declarou que vai priorizar a interlocução com o STF para que seja definido o modelo de escolha do governador-tampão — cargo que ele almeja.



Não daremos passo algum sem dialogar com as outras instituições. Vivemos um momento excepcional e precisamos de calma para recuperar a normalidade”

Douglas Ruas, presidente da Alerj, que está à espera de uma decisão do STF sobre a sucessão no Rio de Janeiro

“Não daremos passo algum sem dialogar com as outras instituições. Vivemos um momento excepcional e precisamos de calma para recuperar a normalidade”, disse, em entrevista depois da votação. Ele também criticou a postura da oposição, que levou o problema à Justiça. “Eles buscam no Judiciário o que não alcançaram nas urnas”, provocou.

Ruas nasceu em São Gonçalo (Região Metropolitana do Rio), tem 37 anos, é bacharel em direito e servidor concursado da Polícia Civil fluminense. O pai dele, Capitão Nelson (PL), é o atual prefeito daquele município. Nas eleições de 2022, o agora presidente da Alerj obteve a segunda maior votação para deputado estadual, com quase 176 mil votos. Em 2023, licenciou-se para assumir o comando da Secretaria das Cidades no governo Castro.

Para Paes, a eleição indireta de Ruas só ajudou a manter no poder o grupo do governador cassado. “A população deveria ter o direito de escolher”, afirmou, em março, depois de a Justiça anular a primeira eleição de Ruas. Ontem, Castro publicou um vídeo nas redes sociais parabenizando a eleição do deputado, a quem chamou de “irmão”.

Megaorçamento

Enquanto foi secretário de Cidades, Ruas administrou um dos maiores orçamentos do governo — o outro é o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), que era controlado por Bacellar. Nos bastidores da política fluminense, a ideia de Castro era formar um grupo político com uma longa linha sucessória. Ele disputaria uma vaga ao

Senado pelo Estado do Rio, enquanto Bacellar seria lançado ao Palácio Guanabara e Ruas ocuparia o comando da Alerj, tal como agora.

Mas os planos começaram ruir a partir da prisão de Bacellar, que teria ajudado ao ex-deputado Thiego Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias, a se desfazer de evidências que o ligam ao Comando Vermelho (CV). Dias depois, foi o próprio Castro que tentou uma manobra ao renunciar ao governo do estado, mas, mesmo assim, o TSE o tornou inelegível.

Sobre Ruas, crescem as possibilidades de ele não ter condições de usar a máquina pública do estado para turbinar sua candidatura ao Palácio Guanabara. Isso porque são grandes as possibilidades de Dino segurar a análise do acórdão do TSE pelo prazo total de 90 dias — período em que um magistrado da Corte pode reter um processo para análise. O resultado é que, no momento em que a ação volte ao Plenário físico do STF, ainda será preciso esperar pelos votos dos demais integrantes da Corte, que poderá estar completa caso o advogado-geral da União, Jorge Messias, seja aprovado pelo Senado, no próximo dia 28. Mas esse cronograma somente prossigue se não houver um novo pedido de vista. (Colaborador Fabio Grecchi)

CURTIDAS

Polítizou/ Parlamentares aproveitaram a solenidade de comemoração dos 66 anos de Brasília, na Câmara dos Deputados, para defender ideologias e criticar o escândalo do Banco Master. As excelências da ala conservadora lembraram que muitos brasilienses estão presos devido à perseguição política, enquanto os mais à esquerda ressaltaram Juscelino Kubitschek como um dos maiores defensores da democracia. Porém, todos os lados concordaram que a fraude do Master é imperdoável, e que o Banco de Brasília é da cidade, não de um governador ou de Paulo Henrique Costa.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Muito além dos Kubitschek/

Anna Christina Kubitschek (foto), neta de Juscelino Kubitschek, que preside com todo o carinho o Memorial JK, foi homenageada na sessão convocada especialmente para marcar o aniversário da cidade. Anna Christina foi incisiva ao dizer que preservar a memória vai muito além de recordar o passado. “Trata-se de manter vivos valores como espírito público, coragem e compromisso com o país”, afirmou, lembrando que a cidade não é apenas um legado de sua família, mas, sim, do Brasil todo.



Sob nova direção/ As autoridades do Poder Judiciário têm encontro marcado na próxima quinta-feira, quando os novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) serão empossados na sede da Corte, em Brasília. Assumem a desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, na Presidência; o desembargador federal César Jatahy, na Vice-Presidência; e o desembargador federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira, na Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região.

Oscar Schmidt/ Lutou dentro e fora das quadras desde o começo da carreira, em Brasília, até o fim. Aos familiares e amigos da estrela do basquete brasileiro e mundial. Ficam aqui as nossas condolências.